

**POSICIONAMENTOS
EPISTEMOLÓGICOS
NAS PESQUISAS
EM POLÍTICAS
EDUCACIONAIS
EM CENÁRIOS
INCERTOS**

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp (*in memoriam*)

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profa. Dra. María del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

CLACSO

Secretario Ejecutivo *Karina Batthyány*

Área de Producción Editorial y Contenidos Web

Coordinador Editorial: *Lucas Sablich*

Coordinador de Arte: *Marcelo Giardino*

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

EEUU 1168 | C1101 AAX Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145/9505 | Fax [54 11] 4305 0875 |

e-mail clacso@clacso.edu.ar | web www.clacso.org

CLACSO cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional (**ASDI**)

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
José Vieira de Sousa
(organizadores)

**POSICIONAMENTOS
EPISTEMOLÓGICOS
NAS PESQUISAS
EM POLÍTICAS
EDUCACIONAIS
EM CENÁRIOS
INCERTOS**

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Posicionamentos epistemológicos nas pesquisas em políticas educacionais em cenários incertos / Maria de Lourdes Pinto de Almeida, José Vieira de Sousa (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2020. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

ISBN 978-65-86089-31-8

1. Educação e Estado – Brasil 2. Educação superior
3. Epistemologia 4. Política educacional I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Sousa, José Vieira de. III. Série.

20-48456

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política educacional 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: dos autores
bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

Este libro está disponible en texto completo
en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
A versão impressa e em português poderá ser encontrada
no site da editora Mercado de Letras, Campinas, Brasil.
www.mercado-de-letras.com.br

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 1

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Apresentação POSICIONAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CENÁRIOS INCERTOS	9
<i>Maria de Lourdes Pinto de Almeida e José Vieira de Sousa</i>	

capítulo I ATUALIDADE DO PENSAMENTO GRAMSCIANO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	25
<i>Lara Carlette Thiengo, Cezar Luiz De Mari e Júlia Fitaroni Moreira Dias</i>	

capítulo II A TEORIA POLÍTICA DE ANTONIO GRAMSCI E A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES: UMA LEITURA A PARTIR DOS CADERNOS DO CÁRCERE	47
<i>Anita Helena Schlesener</i>	

capítulo III ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL.	69
<i>Rodrigo da Silva Pereira e Vitor Bemvindo</i>	

capítulo IV

A POLÍTICA EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DO
MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO EM GRAMSCI 93
Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

capítulo V

CONTRIBUIÇÕES DE GYÖRGY LUKÁCS ACERCA
DA PRÁXIS POLÍTICA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE
ONTOLÓGICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL. 109
Gisele Masson

capítulo VI

O CAMPO COMO PROPOSIÇÃO TEÓRICO-
METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. 129
José Vieira de Sousa

capítulo VII

LA EPISTEMOLOGÍA E INVESTIGACIÓN SOBRE POLÍTICAS
EDUCATIVAS DE GESTIÓN CURRICULAR EN CHILE.
FORTALEZAS Y DEBILIDADES. 151
*María Verónica Leiva Guerrero, Elizabeth Donoso Osorio e
Ramón Pérez Pérez*

capítulo VIII

PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS 189
Marilda Pasqual Schneider e Michele Luciana Blind de Moraes

capítulo IX

PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AS ANÁLISES
DE CONJUNTURA COMO NOVAS ESTRATÉGIA DE
INVESTIGAÇÃO. 215
Silvio Sánchez Gamboa

capítulo X

A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E CONJUNTURA NAS
PESQUISAS EDUCACIONAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR
DO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. 245
Margarita Victoria Rodríguez e Silvia Helena de Brito

capítulo XI	
O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA COMO ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA EDUCACIONAL	267
	<i>Silvia Regina Canan, Jéssica De Marco e Maria de Lourdes Pinto de Almeida</i>
capítulo XII	
PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM OLHAR NAS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS HISTÓRICO-DIALÉTICA E ANÁLISE DE DISCURSO	289
	<i>Altair Alberto Fávero e Marcio G. Trevisol</i>
capítulo XIII	
POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O MARXISMO EM XEQUE! . . .	319
	<i>Maria de Lourdes P. de Almeida e Diego Palmeira Rodrigues</i>
capítulo XIV	
O PARADIGMA EMPÍRICO-ANALÍTICO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO.	341
	<i>José Camilo dos Santos Filho</i>
capítulo XV	
EPISTEMOLOGÍA RELACIONAL: ¿QUÉ HECHOS CIENTÍFICOS LOGRAN SER RELEVANTES?	377
	<i>Carlos Francisco Mazzola</i>
capítulo XVI	
LIBERALISMO E MARXISMO COMO MATRIZES HISTÓRICAS PARA A REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL	391
	<i>Reinouds Lima Silva e Erlando da Silva Rêses</i>
Pósfacio	
NEOLIBERALIZACIÓN ACADÉMICA.	413
	<i>Geo Saura e Antonio Bolívar</i>
SOBRE OS AUTORES.	439

Apresentação
POSICIONAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS
NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS
EM CENÁRIOS INCERTOS

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
José Vieira de Sousa

A produção do conhecimento por meio da pesquisa é um ato intencional e político que se insere na realidade histórico-social, possibilitando análises e explicações de determinado fenômeno. Na constituição do social, os posicionamentos epistemológicos das pesquisas em políticas educacionais estão vinculados a uma concepção de homem e de realidade social compreendida em sua totalidade histórica.

É demasiadamente complexa a investigação epistemológica sobre as pesquisas que abordam as políticas educacionais. Dentre outras razões, isso acontece devido aos diferentes interesses dos pesquisadores que, associados às suas distintas concepções de realidade, elegerão uma diversidade de métodos e formas de examiná-las.

Os vários capítulos desse livro compartilham a tese de que a definição de uma política educacional, como de qualquer outra

política pública, é uma construção histórica, que se dá mediante a negociação de interesses e visões de mundo expressas por diferentes grupos sociais. Essa política é carregada de concepções filosóficas de homem, de sociedade, de visões de mundo que, em seu conjunto, ou vistas separadamente, sempre requerem o olhar ético por parte de quem as aborda. Em se tratando de pesquisas em políticas educacionais, a definição do método para examiná-las exige identificar, dentre outros elementos, pressupostos ideológicos, contradições e interesses antagônicos implícitos aos discursos que lhes dão origem, bem como a forma como ganham concretude no movimento dialético que as constituem. Desse ponto de vista, o conjunto dos textos do presente livro expressa a compreensão de que as políticas educacionais devem ser apreendidas como fenômenos dotados de várias dimensões e na perspectiva de sua historicidade e do desvelamento das contradições e mediações no contexto da totalidade na qual se manifestam.

Partindo dessa ideia, os autores dos vários capítulos adotam uma perspectiva metodológica crítica que se expressa por meio de diferentes vertentes. Na visão da totalidade, buscam promover mediações no processo de apreender o movimento do real no que tange aos posicionamentos epistemológicos nas pesquisas de políticas educacionais.

Assumindo que não há crítica epistemológica sem crítica social, a discussão feita nos vários capítulos do livro parte do pressuposto que a construção de posturas e relações entre o pesquisador e o objeto está imersa em um processo de rupturas e continuidades que pode determinar mudanças no próprio rumo da análise empreendida. O posicionamento dos autores frente a essas relações compartilha a tese de que a construção do objeto nas ciências humanas é um trabalho de fôlego e não uma “coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural” (Bourdieu 1994. p. 26).

Em uma perspectiva crítica, os diferentes posicionamentos epistemológicos explorados pelos autores do livro configuram-

se como a condição investigativa que lhes permite produzir conhecimentos acerca da essência do fenômeno investigado. Essa condição é garantida por meio de um olhar sistemático e rigoroso, traduzido em um ato de investigativo do real concreto, servindo de referencial para sustentar novas ideias, questões, hipóteses de trabalho e os meios de investigá-los nas pesquisas sobre as políticas educacionais.

Abrindo a discussão temos o texto sobre “Atualidade do pensamento gramsciano para análise de políticas educacionais”, de Lara Carlette Thiengo, Cezar Luiz De Mari e Júlia Fitaroni Moreira Dias. Nesse capítulo, os autores têm por objetivo apresentar as contribuições do filósofo sardo Antônio Gramsci para o campo da Política Educacional, considerando a potencialidade explicativa dos conceitos e também a postura científica do pensador. O trabalho é resultado de pesquisa com base bibliográfica nas obras de Gramsci e nas literaturas que abordam os temas atuais da educação superior, que vêm fundamentando os estudos dos autores, nos últimos anos. Conclui-se que o pensamento gramsciano é atual e continua inspirando análises do campo das políticas educacionais, numa perspectiva de totalidade, de modo dialético e crítico.

Anita Helena Schlesener debate “A Teoria Política de Antonio Gramsci e a formação dos trabalhadores: uma leitura a partir dos Cadernos do Cárcere”. O objetivo desse trabalho é analisar aspectos da teoria política de Antonio Gramsci enfatizando os conceitos de hegemonia e revolução passiva para sublinhar a dimensão política da educação. As alterações relativas ao mundo do trabalho também modificam as condições da luta de classes, que assume uma dimensão cultural na medida em que a hegemonia se constitui como dominação e direção intelectual e moral. A formação do consenso passivo se consolida, segundo a autora, com o apoio dos meios de comunicação de massa, o que reforça a importância do processo educativo. A formação política e cultural dos trabalhadores solicita a renovação da educação escolar para se constituir uma

nova sociabilidade. Schlesener afirma que a escola tem uma tarefa importante na formação geral dos trabalhadores porque fortalece a formação paralela produzida no movimento de organização política e nas suas instituições culturais. Para tanto, segundo a autora, a escola precisaria partir de outros pressupostos para atuar na decifração das contradições, a fim de efetuar uma abordagem mais precisa do real.

Na sequência, Rodrigo da Silva Pereira e Vítor Bemvindo discutem o “Estado e sociedade civil em Gramsci: contribuições teórico-metodológicas para pesquisa em política educacional”. Esse capítulo tem como objetivo revisitar parte do arcabouço categorial da teoria marxista de Antônio Gramsci, em especial, a concepção de Estado Ampliado como síntese da relação dialética – identidade e distinção – entre sociedade política e sociedade civil. Resgata o debate acerca do Estado-coerção e dos aparelhos privados de hegemonia e seus sistemas de ideologias. Parte do fio condutor de que as classes sociais disputam a direção no terreno da sociedade civil se organizando em aparelhos privados de hegemonia que exercem papel de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito. Aponta que o salto dialético na teoria marxista de Estado elevado por Gramsci reforça o núcleo central das contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético: a realidade analisada em um movimento histórico-ontológico do abstrato ao concreto. Conclui que o nexos orgânico entre estrutura e superestrutura e, nesta última, entre sociedade política e sociedade civil, e a elucidação do conceito de ideologia como *medium* da hegemonia, contribuem de forma decisiva para o processo da pesquisa em política educacional.

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva debate em seu texto “A política educacional na perspectiva do materialismo histórico-dialético em Gramsci” se propõe a discutir o materialismo histórico-dialético na perspectiva gramsciana, como fundamentação teórico-epistemológica que possa contribuir com os estudos sobre Política Educacional. Como expressão da classe trabalhadora, em busca de maior consciência política e hegemônica, considera-se o

conceito da práxis revolucionária como estratégia para a construção de uma vontade coletiva nacional popular. Nesse sentido, a autora afirma que as noções gramscianas são fundamentais para análise das pesquisas voltadas para as políticas educacionais, pois contribuem para investigar a atuação do intelectual, em suas várias modalidades, sendo possível contrapor o intelectual comprometido com a transformação da sociedade capitalista, rumo a uma organização econômica justa, àqueles atrelados aos interesses do capital. Nessa revisão, conclui que o pesquisador que queira utilizar o método materialista histórico-dialético deve, essencialmente, apreender a totalidade da qual a problemática faz parte, identificando, inclusive, os sujeitos históricos, nesse caso os intelectuais.

Gisele Masson nos brinda com “Contribuições de György Lukács acerca da práxis política: elementos para uma análise ontológica da política educacional”. Esse texto tem como objetivo apresentar algumas contribuições do autor húngaro, György Lukács, sobre a práxis política como um complexo universal da totalidade social, assentada no complexo do trabalho, fundante do ser social. Desse modo, o teórico contribui na análise da gênese das ações políticas como pores socioteleológicos. Além disso, destaca que, nas etapas superiores da sociabilidade, especialmente nas sociedades que organizam o trabalho a partir da propriedade privada, há uma desvinculação da relação direta com o momento material da prática social, fazendo com que a práxis política assuma um papel, por vezes, determinante na dinâmica do processo social. Em consequência, segundo a autora, as decisões políticas acabam colocando em marcha, de modo imediato, ações que visam conservar ou destruir o existente. Dessa maneira, sustenta que a análise de Lukács contribui para a compreensão de que a complexidade do ser social pode facilmente se colocar a serviço de esforços ideológicos de base transcendente, política e socialmente reacionários. Sendo assim, problematiza o complexo da política e seus conteúdos ideológicos contraditórios, considerando que ela é a expressão dos antagonismos presentes na materialidade social.

Apresentar as principais reflexões do autor sobre a práxis política pode se constituir, portanto, como uma importante contribuição para a análise do papel das políticas educacionais na sociedade capitalista.

Discutindo “O campo como proposição teórico-metodológica para o estudo da política de Educação Superior”, José Vieira de Sousa apresenta reflexões sobre a noção de campo proposta por Pierre Bourdieu como proposição teórico-metodológica para a investigação das políticas educacionais, situando o debate no âmbito da educação superior. Na discussão proposta a noção de campo contribui para o reconhecimento de que as mudanças vivenciadas nos contextos emergentes impactam fortemente o campo da educação superior. Nesses contextos, se por um lado, a educação superior se move em um espaço de dualidades, incertezas e contradições, marcado por grandes transições sociais, econômicas e políticas, por outro, segundo Sousa, configura-se, cada vez mais, em componente indiscutível para o desenvolvimento do projeto político dos países, sendo fortemente influenciada pela economia do conhecimento. Ao recorrer ao contexto interpretativo da noção de campo para estudar a complexidade das políticas definidas para a educação superior, o texto busca compreender como se dá a relação entre essas políticas e o contexto sócio-histórico no qual se concretizam, destacando, também, as contradições que se revelam na relação que se estabelece entre sua dinâmica e os sistemas econômico, político e social.

Na sequência, María Verónica Leiva Guerrero e Elizabeth Donoso Osorio, ambas da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso do Chile, e Ramón Pérez Pérez da Universidad de Oviedo da Espanha, debatem “La epistemología e investigación sobre políticas educativas de gestión curricular en Chile fortalezas y debilidades”. O capítulo tem por objetivo sistematizar o conhecimento existente e relevante para caracterizar e descrever as perspectivas epistemológicas assumidas por investigadores em estudos sobre políticas educativas em gestão curricular do Chile. Para tanto, expõe resultados de uma pesquisa qualitativa, documental, analítica-

descritiva com fontes bibliográficas secundárias correspondentes a artigos teóricos reflexivos e de investigações publicadas online, entre os anos 1990 e 2018, em revistas científicas de América Latina, indexadas nas bases de dados bibliográficas Scielo e Scopus. Segundo os autores, um dos problemas que a pesquisa educacional realizada na atualidade revela, especialmente na área de políticas, tem a ver com questões epistemológicas, ao ser marginalizada nos planejamentos que antecedem aos desenhos da investigação. Os autores destacam três questões epistemológicas que devem ser resolvidos: a visão de mundo em que o estudo está localizado e que pode ser definido como uma perspectiva epistêmica; a posição epistêmica que se adota no estudo e a forma em que se gera conhecimento. A universalização das normas para a publicação de artigos em periódicos especializados tem focado os requisitos de cumprimento de aspectos técnicos sobre a forma da informação, estrutura dos informes e a exposição de ideias. No entanto, aspectos essenciais do conhecimento, os “logotipos”, que devem explicar sua validade e as âncoras que o apoiam, foram deixados de fora, tanto em seu resultado final quanto no próprio processo de produção. Por esta razão, a questão epistemológica na pesquisa de políticas educacionais sobre gestão curricular no Chile, deve abordar essa dimensão que afeta a produção de conhecimento.

Por sua vez, Marilda Pasqual Schneider e Michele Luciana Blind de Moraes, debatem a “Pesquisa em política educacional no Brasil: características teórico-epistemológicas”. Os autores partem da ideia de que, desde que a política educacional foi institucionalizada como uma unidade disciplinar de pesquisa foram ampliadas as preocupações com a constituição do campo, dada a diversidade de focos temáticos, fontes de pesquisa e abordagens na lida científica. Na direção desse debate, a proposta elaborada no capítulo tem por objetivo contribuir com o aprofundamento de estudos sobre as especificidades da pesquisa em política educacional por meio de uma metapesquisa de vinte teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 1990 a

2016. A escolha das teses que servem à análise empírica deu-se em função da temática, cuja especificidade levou em consideração a associação entre quatro descritores articulados entre si: avaliação, prestação de contas, responsabilização e *accountability*. O material levantado pelas autoras foi analisado considerando a perspectiva e o posicionamento epistemológicos dos pesquisadores-autores das teses, o enfoque epistêmico e metodológico, o tipo de pesquisa e os marcos teóricos. Do ponto de vista dos resultados, a proposta em tela procura destacar a diversidade temática e de abordagens sobre o tema, a ausência de posicionamento epistemológicos por parte dos pesquisadores autores e, ainda, a falta de rigor teórico-metodológico no tratamento dos temas e na lida com o material empírico. Evidencia, assim, para as autoras, que as pesquisas que tomam como foco de análise as políticas educacionais carecem de melhor delineamento quanto aos aspectos epistemológicos.

“Pesquisas em políticas educacionais: as análises de conjuntura como novas estratégia de investigação” é o debate trazido por Silvio Sánchez Gamboa. Com base em balanços sobre a pesquisa em políticas públicas (1987-2017) foram identificadas diversas perspectivas epistemológicas, com predomínio da vertente funcionalista com base na matriz empírico-analítica. Entretanto, desde os primeiros balanços se apresentam também outras perspectivas, tais como as fundamentadas na compreensão e a interpretação hermenêutica e no materialismo histórico. Particularmente aparece como estratégia promissora nos balanços recentes, segundo o autor, as análises de conjuntura que têm como fundamentos os princípios do materialismo histórico, a dialética entre tempo longo estrutural e tempo curto conjuntural, entre história e cotidiano, entre as especificidades dos casos singulares e as grandes trajetórias do conjunto da sociedade. A discussão proposta no capítulo está estruturada em quatro partes: (i) introdução apresentando a importância da discussão epistemológica na pesquisa em educação; (ii) delimitação de conceitos e das abrangências da pesquisa em políticas educacionais; (iii) balanços sobre a pesquisa

em políticas educacionais; (iv) especificidades das estratégias das análises de conjuntura e seu potencial nos estudos sobre políticas públicas e conclusões.

Margarita Victoria Rodríguez e Silvia Helena de Brito contribuem com o texto “A relação entre estrutura e conjuntura nas pesquisas educacionais: uma reflexão a partir do campo das políticas educacionais”. Partindo da análise de políticas educacionais, as autoras fundamentam suas reflexões no pressuposto de que um dos maiores desafios para a discussão sobre o tema é a relação entre estrutura e conjuntura. Em consequência, apoiam-se na discussão feita por Antônio Gramsci sobre a relação entre o que é permanente, orgânico, e que se evidencia na longa duração, por um lado; e o que é ocasional, imediato, cujo tempo histórico prende-se à curta duração, por outro. Nesse sentido, o debate feito no capítulo volta-se para a problematização, em termos metodológicos, do sentido e das dificuldades interpostas à uma análise que, dialeticamente, se proponha a desvelar, para determinado objeto no campo das políticas educacionais, as relações necessárias entre estrutura e conjuntura. Para tanto e considerando o campo do marxismo como perspectiva teórico-metodológica, as autoras ancoram suas análises sobre o tema nas contribuições de Karl Marx, Antonio Gramsci e István Mészáros.

Silvia Regina Canan, Jéssica De Marco e Maria de Lourdes Pinto de Almeida enriquecem a discussão com o texto “O materialismo histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica como enfoque teórico-metodológico: contribuições para a pesquisa educacional”. Segundo as autoras, a pesquisa em educação requer do investigador rigor científico e qualidade em relação à produção do conhecimento. O enfoque teórico-metodológico que embasará a investigação deve ser capaz de responder contextualmente às demandas da pesquisa em questão, defendendo uma concepção de vida, de homem e de sociedade. Desta forma, o capítulo tece algumas considerações sobre o materialismo histórico-dialético como princípio filosófico que fundamenta a metodologia histórico-

crítica e suas contribuições na pesquisa educacional como enfoque teórico e metodológico. As autoras destacam que, ao fundamentar uma pesquisa em educação no materialismo histórico-dialético de Marx, que é princípio filosófico da pedagogia histórico-crítica de Saviani, propõe-se realizar um trabalho científico que busque compreender as transformações sociais, através de um movimento da sociedade e um processo histórico que se transformam por meio da ação do homem sobre a natureza. É, segundo elas, compreender a prática social como uma atividade objetiva, material fundamental, capaz de modificar a sociedade e a natureza, ao mesmo tempo, que é desenvolvida pelo homem, e modificada por este. É compreender a educação como um instrumento de libertação, assumindo sua função política e social. As autoras concluem que o estudo apresentado não encerra suas discussões, deixando a possibilidade de novas abordagens, uma vez que a temática desperta o interesse na continuidade da busca pela compreensão da mesma, dada sua complexidade na utilização do contexto das pesquisas em educação.

Altair Alberto Fávero e Marcio G. Trevisol contribuem com o capítulo “Pesquisa e produção do conhecimento científico em políticas educacionais: um olhar nas perspectivas epistemológicas histórico dialético e da Análise de Discurso”. Esse capítulo tem por escopo desenvolver uma reflexão crítica-analítica sobre as perspectivas histórico dialética e análise de discurso, como pressupostos teórico-epistemológicos para estruturar as pesquisas em políticas educacionais. O objetivo do texto é promover a aproximação dessas duas perspectivas para favorecer uma densidade analítica para os fenômenos de pesquisas nas ciências sociais, sobretudo, para o campo educacional. Para os autores, a dinamicidade do campo investigativo das políticas educacionais pressiona o investigador a comprometer-se com um método de investigação que garanta entender toda a extensão do fenômeno investigado. O tratamento dos dados coletados no campo investigativo em políticas educacionais, dada a complexidade de atores sociais envolvidos com interesses e intencionalidades diversas, requer um entendimento da totalidade

concreta. Neste sentido, segundo os autores, o encontro do método histórico dialético e da análise do discurso se mostra como possibilidade eficaz de responder cientificamente sobre a forma, intencionalidades e interesses que as políticas educacionais são gestadas. O texto está estruturado em três momentos: (i) abordagem do método histórico dialético tomando como base as ideias de Marx e Engels, Triviños e Kosik; (ii) análise do discurso aplicada ao entendimento das políticas educacionais, sobretudo, no contexto da análise documental, tendo por base epistemológica os estudos de Michel Pêcheux e Orlandi; (iii) a título de conclusão, a articulação dos dois métodos de pesquisa abordados.

Na sequência, Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Diego Palmeira Rodrigues vão debater o “Posicionamento epistemológico nas pesquisas em políticas educacionais: o marxismo em xeque!” Os autores discutem nesse capítulo o marxismo como enfoque epistemológico de pesquisa em políticas educacionais. Defendem ser necessário repensar as pesquisas em políticas educacionais, de forma que transformem a mera informação em conhecimento científico socialmente significativo para o conjunto da sociedade civil e política. Assim, os autores acreditam que, como posicionamento epistemológico, o marxismo possibilita compreender o objeto pesquisado como real e concreto, como síntese de múltiplas determinações no curso da história, permitindo ao pesquisador assumir um papel ativo e crítico. Nesse sentido, o conhecimento científico será socialmente significativo e terá uma contribuição efetiva na luta pela emancipação dos interesses da maioria contra as formas de exclusão e a desigualdade social.

José Camilo dos Santos Filho nos brinda com um debate sobre “O paradigma empírico-analítico na pesquisa em Educação”, também conhecido como positivista, quantitativo, empirista, naturalista ou das ciências naturais, ou abordagem externalista, como o mais antigo dos paradigmas de pesquisa nas ciências da natureza e nas ciências sociais, humanas e da educação. Até a primeira metade do século XX, ele foi hegemônico nas ciências

sociais, humanas e da educação e ainda continua relevante na atualidade, especialmente nos países anglo-saxônicos, sendo essa abordagem básica priorizada em alguns deles. Partindo dessa premissa, o capítulo dedica uma análise relativamente aprofundada desse paradigma, compreendendo três partes. No primeiro momento, o autor apresenta uma breve definição de paradigma de pesquisa e a classificação dos paradigmas de pesquisa, segundo a perspectiva mais tradicional de Habermas e a mais recente, de Eric Brede. No segundo, discute a fundamentação histórico-filosófica do paradigma empírico-analítico nas suas versões positivista e pós-positivista. No último, examina as principais críticas a esse paradigma.

Carlos Francisco Mazzola contribui com discussão feita em seu texto a “Epistemología relacional: ¿Qué hechos científicos logran ser relevantes?”. O autor afirma que nas universidades três lógicas de trabalho na fabricação diária se cruzam: (i) a disciplina que envolve processos de visão e divisão de tarefas apoiadas por organizações acadêmicas, descritas por Burton Clark; (ii) a burocrática, cujos regulamentos e processos já foram explicados por Max Weber e que, com alguma precisão, se aplica em universidades contemporâneas; (iii) lógica política que envolve ações que podem ser muito bem analisadas com a teoria de campo de Pierre Bourdieu. Para Mazzola, a reflexão epistemológica apresenta duas particularidades: em primeiro lugar, não desassociamos a reflexão sobre as disciplinas de forma atenuante do plano organizacional-burocrático, nem do político. Em segundo lugar, a questão do que é considerado significativo numa disciplina, orienta e concentra o trabalho em questão. Nesse sentido, o autor propõe uma matriz de análise que cruze dimensões e níveis: uma, relacionada aos tipos de agrupamentos humanos e outra, que é vinculada às capacidades humanas básicas. Na reflexão proposta, argumenta sobre uma epistemologia relacional na qual as disciplinas se cruzam com a instituição e a política, bem como investiga as formas de consagração dos fatos científicos, na quais se expressa e assume a amplitude em relação aos protagonistas.

Reinouds Lima Silva e Erlando da Silva Rêses discutem, na sequência, “Liberalismo e marxismo como matrizes históricas para a reflexão sobre as políticas públicas em educação no Brasil”. Esse capítulo discute as principais influências no pensamento educacional brasileiro no início do período republicano, especificamente entre os anos de 1900 e 1932 e suas repercussões históricas. Partindo dos intelectuais e educadores brasileiros, os autores analisam o intenso debate entre as experiências sociais e educacionais de outros países na América e as teorias e experiências de matrizes europeias, demarcando o discurso e práticas sobre os problemas educacionais do país. Destacam, entre os pensadores brasileiros, a figura de Manoel Bomfim, que em sua principal obra *América Latina: males de origem* (1905) preocupa-se em expor os problemas educacionais brasileiros em uma abordagem histórica e social original. As influências de John Dewey quanto ao pensamento educacional brasileiro, segundo os autores, se mostram evidentes entre os educadores nacionais, detidamente no início do século XX com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, movimento de grande relevância no contexto educacional brasileiro, inaugurando um discurso teórico e político sobre os caminhos da educação pública, e que localizado historicamente como “discurso fundador”. O contraponto entre o antigo e moderno, o atraso e o desenvolvimento, e o público e privado, para Silva e Rêses, determinam as propostas para a educação pública e o papel do Estado, quanto à educação brasileira na primeira metade do século XX. No mesmo período, segundo os autores, concepções educacionais progressistas se estruturam com as contribuições de José Carlos Mariátegui e Antônio Gramsci criticando, em contextos históricos, sociais e políticos análogos, as concepções liberais de educação e cristalizam posições contra-hegemônicas para a educação das classes populares.

Fechando os debates, Geo Saura e Antonio Bolivar, ambos da Universidade de Granada, na Espanha, debatem “Neoliberalización académica”. Sem dar lugar a dúvidas e para escapar dos conflitos

epistemológicos, as políticas neoliberais têm se manifestado, segundo os autores, por uma hibridação da extensão da lógica do capitalismo em escala global – perspectiva estrutural –, como também por meio de práticas de liberdade e competência em diversas formas de atuação dos sujeitos mediante racionalidades (perspectiva de governamentalidade). Os autores consideram que essas duas visões de análises não deveriam entrar em conflito e podem ser úteis para compreender como o que se tem conhecido como “neoliberalismo” e como isso tem transformando os serviços públicos. Os autores reconhecem o caráter mutante, adaptativo e sempre em movimento da noção de neoliberalização ou práticas neoliberais, razão pela qual preferem utilizá-la na reflexão que realizam, apoiando-se nas reflexões de Peck, Theodore e Brenner, bem como nas de Springer, Birch e MacLeavy. Para Saura e Bolívar, trata-se da referência à neoliberalização como algo que está vivo; sempre em processos, mais com baixos processos de mutações políticas. Significa que os autores do capítulo não são contra postulados teóricos sólidos procedentes a Mont Pelerin ou Ordoliberalismo alemão que, posteriormente, se levam à prática, mas que são mais favoráveis a práticas que se recontextualizem e readaptem aos contextos e aos processos socio-históricos.

Em seu conjunto, os textos que compõem o livro apontam a necessidade de os posicionamentos sobre as pesquisas em políticas educacionais realçarem as críticas e o compromisso em denunciar ideologias ocultas ou implícitas, na perspectiva de desvelar os pressupostos de discursos sociais, contradições, conflitos e interesses antagônicos a elas inerentes. Subjaz à discussão empreendida pelos seus autores a concepção de homem como ser social e histórico determinado por contexto econômico, político, cultural e transformador, ao mesmo tempo, desse contexto. Trata-se de um ser capaz de conscientizar-se de seu papel histórico, e educar-se por meio das ações políticas e de liberar-se por meio de práticas revolucionárias. É capaz de participar e transformar a natureza pelo trabalho, pois constrói o ambiente social em que vive.

Em decorrência disso, os vários textos deixam transparecer nos debates que travam sobre os posicionamentos epistemológicos nas pesquisas educacionais a concepção de ciência como uma construção histórica e a ação humana como categoria epistemológica fundamental. Partem, portanto, da premissa mais geral do método crítico-dialético em que o processo de conhecimento parte do real objetivo, histórico, dinâmico e conflitivo, percebido através de categorias abstratas, visando chegar à construção do real concreto. Esse esforço implica a busca de uma explicação objetiva da realidade estudada, penetrando na riqueza de seus conteúdos.

Convergindo para uma visão crítica, as abordagens feitas pelos autores sobre os posicionamentos epistemológicos nas pesquisas em políticas educacionais contribuem para produzir conhecimento científico sobre essas mesmas políticas. Para tanto, partem da ideia que a compreensão dessas políticas educacionais na sociedade contemporânea remete às teorias do conhecimento e às visões filosóficas do real.

Os posicionamentos epistemológicos assumidos pelos autores dos vários capítulos expressam a clareza de que a escolha da abordagem metodológica das pesquisas em questão está inscrita em um contexto histórico e político no qual se manifestam interesses, visões e disputas estabelecidas entre vários grupos. Eles têm como base o método crítico-dialético, pressupondo articulações diversas entre o processo de investigação científica das políticas educacionais e os pressupostos filosóficos nos quais se embasam.

Os autores expressam a clareza de que um método não se explica por si mesmo, devendo ser escolhido em função dos pontos de partida e chegada dados pelo objeto, o qual se constitui em uma realidade concreta, de múltiplas determinações. Desse ponto de vista, assumem o compromisso de contribuir para a transformação do conhecimento por meio da reflexão crítica sobre as políticas educacionais. Nas análises que empreendem sobre as pesquisas dessas políticas, os textos convergem para a consideração de três

dimensões básicas, implícitas ao exame crítico – histórica, ética e a relação entre conhecimento e interesse.

A dimensão *histórica* privilegia a perspectiva diacrônica, reconhecendo a natureza heterogênea e conflitiva da sociedade. Ao recusar a descrição do universo ordenado, sujeito a leis permanentes, a discussão avança para a percepção dinâmica da realidade e para as noções ontológicas de um mundo inacabado. A dimensão *ética* assume a não neutralidade do pesquisador frente processo de crítica ao objeto, uma vez que o indivíduo que elabora o conhecimento pertence a determinado grupo social com interesses e valores específicos – um ser que convive com contradições e conflitos – e que conhecer um objeto implica a autocrítica. Por sua vez, a *relação entre conhecimento e interesse* requer o levantamento de determinadas questões relacionadas a atitudes, posturas e compromissos assumidos pelo pesquisador, considerando que toda temática, por ser política e ideológica, não é neutra.

Enfim, os autores do livro empreendem importantes reflexões que resultam na apresentação de um quadro de referências, perspectivas teóricas, categorias e núcleos conceituais, à luz do método escolhido para interpretar os resultados sobre os posicionamentos epistemológicos em pesquisas educacionais.